



A (O)PRESSÃO DA CLASSE DOMINADA

Vivian Lucia Rodrigues de Oliveira ¹

RESUMO: O presente artigo aborda a dinâmica capitalista e as suas estratégias para manter-se no poder, colocando o neo-desenvolvimentismo como possibilidade de “transformação”, onde para chegarmos na sua conceituação tomaremos como referência o significado de desenvolvimentismo no marco da expansão do capital e quais rebatimentos este processo acarretará na vida da classe trabalhadora. Para situarmos este quadro, contemplaremos também de que forma tem se dado a função estatal.

Palavras-chave: desenvolvimentismo, novo desenvolvimentismo, Estado.

ABSTRACT: This article discusses the capitalist dynamics and their strategies to keep themselves in power by putting neo-developmentalism as the possibility of "transformation", where to get to their concepts will take as reference the meaning of developmentalism in March of capital expansion and what repercussions this process will result in the lives of the working class. To situate this framework, also contemplate how they have been given a state function.

Key words: developmentalist, neo-developmentalism, State.

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal da Paraíba (UFPB) .E-mail: vivianl_13@hotmail.com



INTRODUÇÃO

O sistema planetário que tem regido as nossas relações sociais denomina-se Modo de Produção Capitalista que constantemente busca estratégias para manter o seu *status quo*, reafirmando através da produção e socialização de riquezas a divisão de classes, que se apresenta como classe dominante e classe dominada. Sabemos que é justamente através da posição que os sujeitos ocupam na produção que se dá a alienação do seu produto elaborado e conseqüentemente de si mesmo, do outro ser e da natureza. Concordando com Albornoz (, p.35) quando afirma que, “a alienação objetiva do homem, do produto e do processo de seu trabalho é uma consequência da organização legal do capitalismo moderno e desta divisão social do trabalho.”

Isto se deve porque neste sistema, aquilo que era a afirmação homem enquanto sujeito criador, o trabalho, passa a ser a sua negação, pois, ele já não reconhece mais o que produziu já que há a divisão de atividades que permite ao ser social desenvolver a prévia-ideação ou a objetivação, ou seja, o homem já não é capaz, sozinho, de elaborar e produzir o objeto, ele passa a ser alienado do processo de trabalho em sua totalidade, configurando assim, a divisão do trabalho intelectual e manual onde através da contribuição de Taylor, há uma intensificação da exploração da força de trabalho com a Organização Científica do Trabalho (OCT) que proporciona uma centralização de poder nas mãos dos gerentes que detém do conhecimento científico, onde a figura destes reforça a submissão dos operários às máquinas.

Essa visão científica tinha como propósito a racionalização do trabalho, ou seja, simplificar as operações com a eliminação de atos desnecessários e a introdução de movimentos certos e rápidos associando a isto o estudo do tempo.

Após a crise do Taylorismo, é constituído o modelo Fordista. Foi durante esse período que o capitalismo conseguiu alcançar expressivas taxas de crescimento econômico resultando num considerável aumento do padrão de vida nos países. Como coloca Antunes:



Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução [...] 'suprimindo' a dimensão intelectual do trabalho operário, que era transferida para as esferas da gerência científica. (ANTUNES, 1999, p. 37).

Convém, porém, ressaltar que mesmo diante do auge fordista, com todas as expansões internacionais, havia sinais de insatisfação manifestados pelos trabalhadores – já que baixos salários e precárias condições de trabalho eram evidentes.

A FALÁCIA DO DESENVOLVIMENTISMO

Podemos notar que o desenvolvimentismo, por volta de 1930, foi adotado no Brasil para em primeira instância favorecer a expansão econômica no marco do capitalismo industrial que acarretou numa forte migração do setor rural para o urbano, aumentando consideravelmente o número da população e de força de trabalho que gerou um exército industrial de reserva demandando ações do Estado no social que assumia um caráter protetor, proporcionando salários indiretos para os trabalhadores, frutos de suas reivindicações e obviamente, interesse da classe hegemônica tendo em vista que, com esta contribuição estatal eles não precisariam aumentar o salário e teriam mais consumidores que geraria a razão de ser de todo capitalista, o lucro.

O desenvolvimento econômico mudaria também a face social do país, com o surgimento de uma numerosa classe operária urbana. Esse novo operariado provinha do meio rural, especialmente do nordeste brasileiro e logo entraria com força na cena política [...] (IPEA, 2010, p.19)

Porém, com a crise que vivenciamos caracterizada pela queda na taxa de lucro, crise do petróleo, superprodução e subconsumo, etc., vivenciamos a crise do Estado Burguês interventivo que no momento utilizara políticas assistenciais para amenizar as desigualdades decorrentes das contradições da época. Neste sentido, o próprio capital



enquanto relação social busca estratégias para sair da crise, sendo elas, como afirma Antunes:

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal [...] também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho [...] (ANTUNES, 1999, p. 31).

No processo de reestruturação da produção e do trabalho, surge o Toyotismo, tendo como propulsor a terceira revolução científica e tecnológica que tem na fragmentação do mercado de trabalho um traço central. Diante de tais modificações, verifica-se no mundo do trabalho, a terceirização, precarização, enfraquecimento dos sindicatos e a necessidade constante de aperfeiçoamento profissional, pois, além do trabalhador ter de ser polivalente ele precisa ser especializado nas funções que desempenha, trata-se das diversas formas de flexibilizar o trabalho e a produção.

Como já assinalamos anteriormente, com a crise do padrão de produção taylorista/fordista rebatendo no Estado, este, nesta conjuntura neoliberal passa a ser desregulamentado e a favorecer a privatização e terceirização dos seus serviços corroborando para isto, as péssimas condições do serviço público, favorecendo as empresas privadas, porém, esta iniciativa não se constitui em uma preocupação humanitária do empresário e sim, de uma estratégia de aumento da produtividade e lucro. Desta forma, o trabalhador passa a ser ainda mais sensível às pressões da classe dominante tendo em vista, a desproteção governamental. Com isso, A privatização se afirma com base na ideia de, num pólo a ineficácia e ineficiência administrativa e financeira dos serviços públicos e, do outro lado, qualidade e efetividade dos serviços privados. Com isso, a intervenção do Estado restringe-se ao estritamente necessário, enquanto o capital lucra com a pobreza.

A possibilidade da vez

No bojo do cenário acima descrito e com a falácia do desenvolvimentismo em declínio, justamente por não ter dado conta da demanda que ele se propunha a suprir, a



saber, contemplar tanto o social quanto o econômico com eficiência, caracterizando-se como acessível a todos os países, tanto periféricos quanto desenvolvidos, colocando o subdesenvolvimento como apenas uma etapa para chegar ao ápice do desenvolvimento econômico, social, político, ideológico e pessoal. Entretanto, não nos esqueçamos, a existência do subdesenvolvimento é o que dá suporte para que os países imperialistas continuem a expandir a sua economia, é condição necessária para o capital continuar a existir, desenvolver de um lado riquezas e do outro pobreza, para que assim, haja o barateamento da força de trabalho e dos produtos necessários. Desta maneira, surge a possibilidade da vez, o novo desenvolvimentismo, contudo, não nos enganemos, trata-se apenas do desenvolvimentismo sobre novas roupagens, estas, de acordo com a conjuntura vigente, porém, com proposições bastante semelhantes, pois, coloca o desenvolvimento como alcançável através da articulação socioeconômica, abordando o sujeito como um ser social livre, mas, pensemos: numa conjuntura onde o indivíduo está desprotegido, com inúmeras pessoas querendo ocupar o seu lugar no mercado de trabalho, ele tem condições de ser livre? Está livre para quê?

Notemos que esta concepção de liberdade está associada ao discurso neoliberal, pois, o ser humano só é livre para vender a sua força de trabalho porque esta é a única forma de garantir ao menos a sua subsistência tendo em vista o Estado mínimo que garante apenas medidas compensatórias e pontuais para o mais miserável, portanto, o homem está livre para servir ao capital e submeter-se a superexploração o que se intensifica com as novas relações empregatícias que surgem neste contexto, falamos da nova forma de inclusão que não garante nenhum direito trabalhista ao trabalhador e em contrapartida serve ainda mais para incrementar o lucro.

As saídas adotadas pelos capitais internacionais para restaurar/aumentar os níveis de acumulação e valorização em todos os países de economia capitalista vão desde o desenvolvimento de novas tecnologias, restrição de direitos trabalhistas e outras conquistas sociais até uma forte ofensiva, junto aos países periféricos, no sentido de estes contribuírem de modo mais direto, na transferência de excedente do valor. (AMARAL; MOTA; PERUZZO, 2010, p.1)



De uma maneira especial, foquemos nos trabalhadores autônomos, fiados na ideia de que são livres, não são empregados de ninguém, trabalham quando e como querem, são um dos mais atingidos negativamente pelo capital pois, além de trabalharem muitas vezes mais horas do que a estabelecida em lei para trabalhadores formais, não são livres para escolher quando trabalhar pois, precisam de dinheiro e não há nenhuma proteção que os beneficie, neste sentido, nem ao menos podem escolher com quem trabalhar porque a necessidade de se sustentar os obriga a aceitar a primeira ocupação que surgir, e por haver um enorme contingente de pessoas dispostas a assumir a sua função, eles também se sujeitam a remunerações ínfimas. Falamos em ocupação, conjecturando que mesmo um trabalhador autônomo não tendo vínculo formal ele, muitas vezes, precisa ser polivalente, não tendo uma estabilidade salarial e funcional, desenvolvendo o chamado “bico”, daí o termo ocupação, adaptar-se-à a demanda do momento.

Daí nos questionamos: onde está o aparato estatal para dar suporte à classe trabalhadora?

Observamos que a nossa constituinte de 1988 trouxe importantes avanços para a sociedade, resposta de muitas reivindicações dos trabalhadores que se traduziu em inúmeros direitos, porém, como dito antes, na conjuntura neoliberal, em meados de 1990 o Estado passa a ser mínimo para o social deixando-nos à mercê muitas vezes da benesse do terceiro setor, este, passa a assumir funções estatais contemplando os sujeitos de direito como de caridade, nada mais é do que um notório retrocesso das nossas conquistas sociais. Este fato se dá ancorado no discurso da responsabilidade social que tende a repassar para o mesmo e para as empresas privadas o que é dever do Estado numa tentativa de reduzir gastos e corroborando para a lógica individualista e competitiva no cenário produtivo e mercadológico. A divisão é muito clara, quem pode pagar pelos serviços das empresas privadas, torna-se cidadão-cliente, gozando de um serviço eficiente, quem é pobre, vivencia o escuro governamental e a benesse das Organizações Não-Governamentais que realizam ações meramente pontuais e que não contribuem para que o sujeito saia da situação presente.



[...] a desvalorização da política pública e os severos cortes, em diversos países em desenvolvimento, de serviços públicos básicos criaram um vazio da ação pública em circunstâncias contextuais, em que ela era mais demandada que nunca pelo crescimento da pobreza e da vulnerabilidade. (KLIKSBURG, 2003, p. 85).

No governo Lula, há um resgate deste desenvolvimentismo com o incentivo ao microcrédito, às políticas de transferência de renda, sob o discurso de que desta forma, haverá a superação do subdesenvolvimento corroborando para a ascensão social do indivíduo, que desenvolverá as suas potencialidades.

Nesse novo contexto, as políticas de difusão de crédito e de redução na taxa de juros foram resgatadas, juntamente com a recuperação do papel dos bancos públicos em torno da consolidação do sistema nacional de microcrédito aos pequenos empreendedores, ainda não incluídos no sistema bancário tradicional. (POCHMAN, 2010, p.9).

Contudo, apesar de existir a transferência de renda, esta, não abrange todo o setor pobre e miserável da sociedade, além dela estar atuando focal e pontualmente sem contemplar todas as necessidades dos sujeitos demandantes e este incentivo ao microcrédito nada mais é, que uma nova forma de desresponsabilizar o Estado de suas funções de prover o mínimo para a população além de reafirmar a produção do superlucro e favorecer, mais uma vez, a classe dominante já que o microcrédito não coloca os trabalhadores no trabalho formal, negligenciando os seus direitos trabalhistas. Portanto, Estas iniciativas do governo Lula são apenas formas de manter o desenvolvimento do mercado além de passivizar a luta da classe trabalhadora que ao receber medidas paliativas e estando fragmentada pela nova forma de inclusão no processo de trabalho tem de se contentar com o que está posto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando todas estas formas de reafirmar a soberania do capital, observamos algumas maneiras de resistência da classe trabalhadora, na Organização Científica do Trabalho, ao notarem que o conhecimento científico estava concentrado na gerência, gerou uma mobilização dos mesmos para que as suas condições de emprego fossem melhoradas, no fordismo, notamos que eles já detinham de um poder organizativo mais



eficaz, pressionando o Estado a contemplar as suas demandas, porém, com a reestruturação do capital, no toyotismo, este coletivo se fragmenta, torna-se heterogêneo, complexificado, ocasionando apenas a necessidade de reivindicações individuais e pontuais.

Sabemos que este quadro acima elencado permeia o desenvolvimentismo e o novo desenvolvimentismo, que apesar de apresentarem algumas estratégias diferentes referem-se a mesma intenção, desenvolver a economia. Falamos que este nexos de desenvolvimento se configura como falácia porque não pode haver a conciliação igualitária entre a economia e o social nesta sociedade, tendo em vista que a sua fonte de lucro é a própria exploração.

No neo desenvolvimentismo que é uma ideologia para buscar o consenso das classes, esta constante exploração passa a ser mais escamoteada, como dito, pela transferência de renda e incentivo ao microcrédito onde o enfrentamento da pobreza se dá pelas vias informais cujo trabalhador vivencia condições precárias cotidianamente.

Portanto, a força que a classe- que-vive- do- trabalho detinha em outrora, diante da conjuntura atual sofre uma desmobilização em massa através da ideologia adotada, não conseguindo ter garantidos os seus direitos previstos em lei. Neste sentido, é relevante pontuar que, independente das estratégias colocadas nesta sociedade capitalista, a possibilidade de justiça e equidade ficam rechaçadas, submetendo aqueles que vendem a sua força de trabalho à opressão e artifícios da classe dominante.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho*. São Paulo: Editora brasiliense. Coleção primeiros passos.

AMARAL, Ângela; MOTA, Ana Elizabete; PERUZZO, Juliane. *O novo desenvolvimentismo e estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais na América Latina*. 2010.



ANTUNES, Ricardo. Dimensões da Crise Estrutural do Capital. *In: Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

Cap. 1. Trajetórias do desenvolvimento no Brasil *In: PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO/ Instituto de Pesquisa Econômica aplicada – brasileira: IPEA, 2010. (Sério eixo estratégico do desenvolvimento brasileiro, livro 10).*

KLIKSBERG, Bernardo. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. 2 ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2003.

MOTA, Ana Elizabete. Seguridade Social Brasileira: desenvolvimento histórico e tendências recentes. *In: _____. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.